

Malan adota tom político

Com o projeto de reeleição aprovado, o presidente Fernando Henrique imprimirá um novo ritmo ao seu governo para derrubar os obstáculos e garantir a sua permanência ao Palácio do Planalto. Uma mostra da face do governo foi dada, ontem, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante palestra de uma hora e meia para quase 200 empresários do comércio e da construção civil de Brasília.

Sempre comedido em seus discursos e destacando números e os aspectos técnicos da economia, para mostrar que o Plano Real vai bem, Malan adotou uma posição agressiva, muito política e crítica. Tudo para reforçar que o governo não irá esmorecer um minuto sequer na tentativa de manter o sucesso da estabilização econômica.

A mudança de tom faz sentido. Duas pesquisas divulgadas ontem — uma da Confederação Nacional da Indústria (CNI), outra da Federação do Comércio de Brasília (Fecomércio) —, deixaram claro o que o governo temia: se o desemprego não for combatido, certamente Fernando Henrique enfrentará dificuldades para permanecer no Palácio do Planalto. "Brasília bate todos os recordes de desemprego, senhor ministro. São 151 mil pessoas sem trabalho na cidade, 18% da população economicamente ativa", frisou o presidente da Fecomércio, Sérgio Koffes.

Malan foi enfático na sua intervenção: "Nós estamos cientes de que o desemprego será o maior problema no próximo ano e meio. Mas que fique bem claro aos que agem de má-fé ou por ignorância, ou os dois juntos, o que é pior: nunca dissemos que viveríamos num mar de rosas com o Plano Real".

ARROCHO

Pela primeira vez, o Ministro da Fazenda admitiu, publicamente, que o arrocho imposto pelo governo no crédito e no consumo, no primeiro semestre de 1995, teve um efeito negativo na economia, contribuindo para aumentar os índices de desemprego.

Malan, no entanto, ressaltou que também a adoção de novas tecnologias pelas empresas, a reestruturação do sistema produtivo e a rigidez da legislação trabalhista ajudaram a agravar o quadro e a despejar mais trabalhadores nas ruas. "É muito fácil votar projetos que resultem em mais gastos para o governo, sem indicar as fontes de receitas ou cortes que podem ser feitos no Orçamento. Isso é inadmissível quando se convive com déficits de caixa entre R\$ 30 e R\$ 40 bilhões por ano", disse o ministro. (VN e SD)

■ Leia sobre a pesquisa da CNI e da Fecomércio na página 14